

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO E
NOTAS EXPLICATIVAS – Exercício Financeiro 2021**

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão – **TRE-MA**
Seção De Contabilidade Analítica e Gerencial - **SECON**

Endereço: Av. Senador Vitorino Freire, S/N, Areinha, São Luís - MA, CEP: 65.010-917,
Fone: (98) 2107 8888.



Exercício 2021

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), normatizadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), têm como objetivo divulgar informações úteis aos usuários, com a finalidade de proporcionar a prestação de contas, responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Tais padrões devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO – TRE-MA

Des. José Joaquim Figueiredo do Anjos
PRESIDENTE

Luann de Matos Oliveira Soares
DIRETOR-GERAL

Rosiléia Moraes Salazar Monteiro
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SAF

Leana Batista Neves
COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COFIN

Clóves de Jesus Cardoso Conceição
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA GERENCIAL - SECON

INFORMAÇÕES:

Telefone: (98) 2107-8888

Email: secon@tre-ma.jus.br

Disponível em: <https://www.tre-ma.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-financeira-e-orcamentaria/demonstracoes-contabeis>



SUMÁRIO

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	6
2. INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE	7
3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8
4. DETALHAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
4.1. BALANÇO PATRIMONIAL	11
4.1.1. Nota 1 - Bens Móveis.....	12
4.1.2. Nota 2 - Bens Imóveis.....	16
4.1.3. Nota 3 – Intangível	21
4.1.4. Nota 4 - Pessoal a Pagar - Curto Prazo (CP).....	24
4.1.5. Nota 5 - Fornecedores e Contas a Pagar - Curto Prazo (CP).....	24
4.1.6. Nota 6 - Demais Obrigações a Curto Prazo	25
4.1.7. Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	25
4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	27
4.2.1 Nota 8 - Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA	28
4.2.2 Nota 9 - Variações Patrimoniais Diminutiva – VPD	28
4.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	30
4.3.1 Nota 10 – Execução das Despesas Orçamentárias.....	31
4.3.2 Nota 11- Execução de Restos a Pagar Processados e Não processados liquidados.....	32
4.4 BALANÇO FINANCEIRO	33
4.4.1 Nota 12 – Resultado Financeiro	33
4.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	34
4.5.1 Nota 13 – Variação dos Fluxos de Caixa.....	34
5 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	36
6 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	37
6.1 Conformidade Contábil	37
7 LISTA DE TABELAS	38
ANEXOS.....	39
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SIAFI.....	39



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

LISTA DE SIGLAS

SIGLA	DESCRIÇÃO
AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COFIN	Coordenadoria de Orçamento e Finanças
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8º edição.
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
NE	Nota Explicativa
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PSSS	Plano de Seguridade Social do Servidor Público
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAF	Secretaria de Administração e Finanças
SECON	Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEGEF	Seção de Gestão de Patrimônio
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SPIUNet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas do exercício financeiro de 2021 do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão – TRE-MA, reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, na Lei nº 4.320/64, na Lei complementar nº 101/2000 – LRF, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP.

Diante disso, declaro que as Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

São Luís, 8 de fevereiro de 2022

CLOVES DE JESUS CARDOSO CONCEIÇÃO
CRC Nº. 004952/0-5
Chefe da Seção de Contabilidade



2. INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) é um Órgão da Justiça Eleitoral e figura como parte responsável nas Demonstrações Contábeis (DCASP).

Sua sede está localizada na Av. Senador Vitorino Freire, Areinha, São Luís - MA, CEP: 65.010-917 e jurisdição em todo o território do Estado. É considerado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como um Tribunal de médio porte, com 105 Zonas Eleitorais distribuídas em 217 municípios.

Pertence ao ramo do Poder Judiciário Federal, ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, desde o alistamento dos eleitores, operacionalização das eleições até o julgamento das matérias referentes à legislação eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos.

Atualmente, é regido pela Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e sua existência e estrutura possuem previsão legal nos artigos 118 a 121 da Constituição Federal de 1988, os quais, dentre outras determinações, instituem o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como seu órgão máximo, de última instância, e impõem a existência de um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal. Suas competências estão fixadas nos artigos 29 e 30 do Código Eleitoral e no Capítulo II do Regimento Interno (Resolução TRE/MA nº 9.850, de 8 de julho de 2021).



3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão foram preparadas em consonância com as normas contábeis aplicadas ao setor público, especialmente, a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor público (NBC TSP), as normas e orientações emanadas pelo Órgão Central de Contabilidade da União – STN (Secretaria do Tesouro Nacional), em especial, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP - 8ª Edição, as demais orientações contidas no Manual SIAFI e as mensagens emitidas por aquele Órgão Central.

As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS) foram utilizadas de maneira subsidiária, uma vez que estão sendo implementadas na União de forma gradativa conforme planejamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As demonstrações são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera, que no caso é o real (“R\$”). Foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Por fim, o processo de verificação da conformidade contábil foi realizado pela Setorial Contábil (UG: 070173) vinculada à Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial (SECON) da Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFIN), pertencente à Secretaria de Administração e Finanças (SAF).



4. DETALHAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, foi elaborada com base na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, além da legislação aplicável, destacando-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar 101/2000. Seu objetivo é padronizar a estrutura e as definições dos elementos contábeis a constar nas Demonstrações Contábeis Aplicada ao Setor Público (DCASP).

Tais normas exigem que as DCASP devem ser apresentadas para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as de outras entidades. Para alcançar esse objetivo, são estabelecidos requisitos gerais para a apresentação, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para o seu conteúdo.

Todo o rigor metodológico exigido pelas normas tem a finalidade de satisfazer às necessidades de informação de usuários que não se encontram em condições de exigir relatórios elaborados para atender às suas necessidades específicas. Os usuários das demonstrações contábeis incluem contribuintes, parlamentares, credores, fornecedores, mídia e empregados, dentre outros.

Ademais, no âmbito da Administração Pública, as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, têm se tornado cada vez mais relevantes, ganhando espaço tanto para tomada de decisão pelos gestores quanto para fins de controle pelos órgãos e pela sociedade, auxiliando os usuários a estimar os resultados futuros e os fluxos financeiros em um certo período de uma entidade. Por isso devem ser claras, objetivas, neutras, compreensíveis, comparáveis, fidedignas e relevante para evidenciar o patrimônio da instituição.

Assim, conjugando as disposições legais e aquelas contidas na NBC TSP 11, compõem o conjunto de Demonstrações elaboradas e publicadas pelo TRE-MA, conforme o MCASP, 8ª edição:

a) Balanço Patrimonial:

É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).



b) Demonstração das Variações Patrimoniais:

É a demonstração contábil que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa:

É a demonstração contábil que evidencia as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

d) Balanço Orçamentário:

É a demonstração contábil que demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

e) Balanço Financeiro:

É a demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

f) Notas explicativas:

São informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e são consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

4.1. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		10.391.306,29	5.729.188,06
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.047.611,16	3.569.719,07
Créditos a Curto Prazo			
Demais Créditos e Valores		466.320,63	148.149,54
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			
Estoques		1.829.292,40	1.987.407,37
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda			
VPDs Pagas Antecipadamente		48.082,10	23.912,08
ATIVO NÃO CIRCULANTE		81.234.537,75	92.010.622,00
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Investimentos			
Imobilizado		77.654.868,55	89.182.657,80
Bens Móveis	1	20.626.434,69	33.334.209,18
Bens Móveis		56.320.831,22	64.534.209,76
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão			
Acum. de Bens Móveis		-35.694.396,53	-31.200.000,58
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis	2	57.028.433,86	55.848.448,62
Bens Imóveis		57.884.158,94	56.627.677,60
(-) Depr./Amortização/Exaustão			
Acum. de Bens Imóveis		-855.725,08	-779.228,98
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Intangível	3	3.579.669,20	2.827.964,20
Softwares		3.579.669,20	2.827.964,20
Softwares		3.579.669,20	2.827.964,20
(-) Amortização Acumulada de Softwares			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares			
TOTAL DO ATIVO		91.625.844,04	97.739.810,06

Tabela 1 - Ativo do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

12

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		1.615.889,28	10.008.288,34
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4	470.840,19	9.576.384,44
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5	1.127.211,96	417.142,86
Demais Obrigações a Curto Prazo	6	17.837,13	14.761,04
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo			
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.615.889,28	10.008.288,34
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		2021	2020
Patrimônio Social e Capital Social			
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)			
Reservas de Capital			
Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Reservas de Lucros			
Demais Reservas			
Resultados Acumulados		90.009.954,76	87.731.521,72
Resultado do Exercício		8.219.291,75	-7.848.003,78
Resultados de Exercícios Anteriores		87.731.521,72	95.772.627,57
Ajustes de Exercícios Anteriores	7	-5.940.858,71	-193.102,07
(-) Ações / Cotas em Tesouraria			
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		90.009.954,76	87.731.521,72

Tabela 2 - Passivo do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021

4.1.1. Nota 1 - Bens Móveis

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no seu valor de aquisição, produção ou construção, ou seja, pelo seu custo.

O custo de um bem móvel compreende os seguintes elementos, conforme a Macrofunção SIAFI - 020343 - BENS MÓVEIS:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

13

- b) Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o bem no local e condição necessários para o mesmo ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração.

O método de depreciação utilizado é o das quotas constantes, conforme a Macrofunção SIAFI - 020330 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND. A vida útil e a taxa de depreciação utilizadas também seguem as diretrizes dessa norma.

VIDA ÚTIL, TAXA ANUAL DE DEPRECIÇÃO E VALOR RESIDUAL DOS BENS MÓVEIS DO TRE-MA				
Conta	Descrição	Vida Útil	Taxa Anual de Depreciação	Valor Residual
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	6,67%	10%
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	10%	20%
123110103	APARELHOS, EQUIP. MÉD. ODONT. LAB. E HOSPITALARES	15	6,67%	20%
123110105	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%	10%
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%	10%
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	6,67%	10%
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENS. DE OFICINA	10	10%	10%
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%	10%
123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%	10%
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	20%	10%
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%	10%
123110302	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%	10%
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%	10%
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	10%	0%
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%	10%
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO			
123110501	VEÍCULOS DIVERSOS	15	6,67%	10%
123110503	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	15	6,67%	10%
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%	10%

Tabela 3 - Contas Contábeis de Bens Móveis. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.

Os Bens Móveis do TRE-MA estão distribuídos nas contas apresentadas na tabela a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

14

Valor Bruto dos Bens Móveis do TRE-MA							
Conta	Descrição	2021	2020	Variação%	Variação R\$		
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	R\$ 102.002,98	R\$ 171.376,63	-40,48%	-R\$	69.373,65	
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	R\$ 468.399,97	R\$ 322.293,94	45,33%	R\$	146.106,03	
123110103	APARELHOS, EQUIP. MÉD. ODONT. LAB. E HOSPITALARES	R\$ 227.986,89	R\$ 106.661,50	113,75%	R\$	121.325,39	
123110105	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	R\$ 1.858.230,49	R\$ 1.897.122,76	-2,05%	-R\$	38.892,27	
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	R\$ 4.014.969,82	R\$ 3.757.421,59	6,85%	R\$	257.548,23	
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	R\$ 112.746,00	R\$ 157.423,78	-28,38%	-R\$	44.677,78	
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENS. DE OFICINA	R\$ 10.333,00	R\$ 10.333,00	0,00%	R\$	-	
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	R\$ 39.523,53	R\$ 39.523,53	0,00%	R\$	-	
123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	R\$ 281.047,91	R\$ 286.658,09	-1,96%	-R\$	5.610,18	
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 33.542.853,70	R\$ 39.004.220,47	-14,00%	-R\$	5.461.366,77	
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	R\$ 3.138.032,43	R\$ 3.006.680,99	4,37%	R\$	131.351,44	
123110302	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	R\$ 479,76	R\$ 664,23	-27,77%	-R\$	184,47	
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	R\$ 6.007.772,73	R\$ 8.253.166,54	-27,21%	-R\$	2.245.393,81	
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	R\$ 65.626,94	R\$ 89.715,67	-26,85%	-R\$	24.088,73	
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	R\$ 808.159,72	R\$ 946.551,99	-14,62%	-R\$	138.392,27	
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	R\$ 37.490,00	R\$ 37.490,00	0,00%	R\$	-	
123110501	VEÍCULOS DIVERSOS	R\$ 310.703,39	R\$ 321.355,82	-3,31%	-R\$	10.652,43	
123110503	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	R\$ 5.094.923,84	R\$ 5.823.780,34	-12,52%	-R\$	728.856,50	
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	R\$ 199.548,12	R\$ 301.768,89	-33,87%	-R\$	102.220,77	
Total	19	R\$ 56.320.831,22	R\$ 64.534.209,76		-R\$	8.213.378,54	

Tabela 4 – Valores brutos ou de aquisição de Bens Móveis. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.

Já a depreciação apurada ao longo do ano de 2021, detalhada por conta contábil, é a seguinte:

Depreciação dos Bens Móveis do TRE-MA			
Conta	Descrição	2021	
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	-R\$	42.003,81
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	-R\$	163.760,30
123110103	APARELHOS, EQUIP. MÉD. ODONT. LAB. E HOSPITALARES	-R\$	17.322,28
123110105	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	-R\$	872.290,23
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	-R\$	1.703.628,47
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	-R\$	58.005,25
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENS. DE OFICINA	-R\$	9.222,21
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	-R\$	19.191,46
123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	-R\$	53.148,58
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	-R\$	25.199.873,92
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	-R\$	1.287.131,45
123110302	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	-R\$	123,84
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	-R\$	3.677.921,98
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	-R\$	32.138,11
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	-R\$	464.873,93
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	R\$	-
123110501	VEÍCULOS DIVERSOS	-R\$	195.305,05
123110503	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	-R\$	1.779.602,25
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	-R\$	118.853,41
Total	19	-R\$	35.694.396,53

Tabela 5 – Valor da depreciação anual por conta de bem móvel. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

15

O reflexo das informações no Balanço Patrimonial 2021 foi a seguinte:

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	Análise Horizontal - %
Bens Móveis (Valor Líquido)	1	20.626.434,69	33.334.209,18	-38,12%
Bens Móveis (Valor Bruto)		56.320.831,22	64.534.209,76	-12,73%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão				
Acum. de Bens Móveis		-35.694.396,53	-31.200.000,58	14,41%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis				

Tabela 6 – Subgrupo Móveis do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.

No subgrupo “Bens Móveis”, em 2021, ocorreu uma variação negativa de -12,73% em relação ao exercício anterior, representando uma redução de R\$ 8.213.378,54 em decorrência de Ajustes de Exercícios Anteriores, cujo conceito e aplicação provém da MACROFUNÇÃO SIAFI 021141 - AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Isso ocorreu devido aos fatos contábeis que causaram alteração na estrutura patrimonial da entidade, a saber:

- a) Redução do valor contábil de bens móveis que não estavam sendo depreciados nos sistemas ASIWEB e SIAFI, conforme comunicado da Auditoria de Contas do Exercício 2021 e Orientação SOF/TSE nº 03/2012, constantes no SEI nº 0010886-26.2021.6.27.8000. Os bens passaram por processo de reavaliação no sistema ASIWEB, em dezembro/2021, sob a coordenação da SEGEP, sendo registrados no SIAFI através dos documentos contábeis: 2021PA000114 e 2021PA00120.
- b) Doações de bens mêm móveis inservíveis pelo TRE-MA, fato que culminou com a baixa contábil dos valores dos bens registrados, assim como de sua depreciação acumulada. Os bens móveis foram doados para as seguintes entidades:

Instituto Irmã Dilce Coelho - IIDC, conforme autorização constante no SEI 24420420216278000 e Termo de Baixa nº 2021000001, registrados no SIAFI mediante documento contábil 2021PA000049;

Associação Beneficente da Vila Embratel, conforme autorização constante no SEI 24420420216278000 e Termo de Baixa nº 2021000002, contabilizado mediante documento contábil 2021PA000050;

Associação Beneficente Rosa Dália – Vovó Eugênia, conforme autorização constante no SEI 24420420216278000 e Termo de Baixa nº 2021000004, mediante documento contábil 2021PA000051.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

16

- c) Baixa por Furto ou Extravio de 02 Monitores (Patrimônio: 44.563 e 49.964), conforme autorização constante no SEI 4225-31.2021.6.27.8000 e Termo de Baixa nº 2021000005 registradas e contabilizadas, mediante documento contábil 2021PA00062. Baixa por Furto ou Extravio de 01 Notebook DATEN (Patrimônio: 57.032), conforme autorização constante no SEI 5628-35.2021.6.27.8000 e Termo de Baixa nº 2021000006, registradas e contabilizadas, mediante documento contábil 2021PA000069.
- d) Transferência de 1.015 urnas eletrônicas, marcas: PROCOMP, modelo: 2010, no valor bruto de R\$ 123.281,90 e 390 urnas eletrônicas, marca: PROCOMP, modelo: 2011, com o valor bruto R\$ 502.109,40 e valor líquido R\$ 342.615,00 para o Tribunal Regional Eleitoral do Pará – TRE-PA, conforme SEI Nº 00010334-61.2021 e instrução do TSE Nº 01/2018.

4.1.2. Nota 2 - Bens Imóveis

Os bens imóveis são mensurados ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares.

O custo de um bem imóvel compreende os seguintes elementos, conforme a Macrofunção SIAFI - 020344 - BENS IMÓVEIS:

- a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração;

Segundo a Macrofunção SIAFI - 020330 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND, a depreciação de bens imóveis deve ser calculada com base nas quotas constantes, excetuando:

- a) Grupos de contas 12321.05.00 BENS DE USO COMUM DO POVO, 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET
- b) Valor de terrenos.

O TRE-MA recai na exceção da norma, pois possui bens imóveis registrados na conta de bens de uso especial. Nesse caso, com base na macrofunção 020344 de bens imóveis, todo o processo de depreciação é normatizado na Portaria Conjunta SPU-STN 703-2014 - Atualização de bens imóveis da União.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Desse modo, conforme o art. 7º da norma, o valor depreciado dos bens imóveis do TRE-MA é apurado mensalmente e de forma automática pelo sistema SPIUNET sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle¹.

Quanto à vida útil, a norma da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), no seu §1º do art. 7º, normatiza que para fins da depreciação, a vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis.

O §3º informa que valor residual será estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e comunicado à SPU.

Assim, toda a sistemática de depreciação é realizada via sistema da SPU, chamado de SPIUNET, o qual registra automaticamente no SIAFI a cota mensal para os bens de uso especial registrados na conta contábil 12321.01.02.

Os bens Imóveis registrados no Balanço Patrimonial compreendem, genericamente, dois grupos de contas: uma conta de bens de uso especial registrados na SPU e gerenciados no SPIUNET e outra de bens imóveis não registrados na SPU, já que carecem de regularização documental.

Os bens imóveis do TRE-MA, registrados na conta contábil 12321.01.02 e na SPU são os seguintes:

¹ A depreciação se distribui ao longo da vida da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET - Conta Contábil 12321.01.02 e 1221.0103							
Cód. Município/UG	Município/Órgão	RIP	Total	Terreno 31/12/2021	Benfeitoria 31/12/2021	Total do Imóvel 31/12/2021	
723	BACABAL	0723.00027.500-3	1	R\$ 36.964,30	R\$ 671.398,07	R\$	708.362,37
739	BREJO	0739.00007.500-0	1	R\$ 75.309,78	R\$ 955.230,91	R\$	1.030.540,69
755	CARUTAPERA	0755.00019.500-8	1	R\$ 28.000,00	R\$ -	R\$	28.000,00
767	COLINAS	0767.00006.500-0	1	R\$ 42.251,76	R\$ 434.886,72	R\$	477.138,48
769	COROATA	0769.00017.500-7	1	R\$ 10.645,72	R\$ 671.398,07	R\$	682.043,79
793	GRAJAU	0793.00067.500-2	1	R\$ 41.728,98	R\$ 844.607,06	R\$	886.336,04
799	ICATU	0799.00003.500-2	1	R\$ 12.090,51	R\$ 730.594,15	R\$	742.684,66
803	IMPERATRIZ	0803.00321.500-3	1	R\$ 9.901,33	R\$ 1.164.406,73	R\$	1.174.308,06
807	ITAPECURU MIRIM	0807.00008.500-4	1	R\$ 11.520,29	R\$ 628.654,72	R\$	640.175,01
809	JOAO LISBOA	0809.00147.500-7	1	R\$ 109.067,88	R\$ 712.045,88	R\$	821.113,76
813	LAGO DA PEDRA	0813.00001.500-0	1	R\$ 22.178,58	R\$ 671.398,07	R\$	693.576,65
849	PACO DO LUMIAR	0849.00007.500-4	1	R\$ 100.999,45	R\$ 793.968,04	R\$	894.967,49
853	PARAIBANO	0853.00001.500-0	1	R\$ 22.178,58	R\$ 671.398,07	R\$	693.576,65
857	PASSAGEM FRANCA	0857.00016.500-4	1	R\$ 38.324,04	R\$ 870.690,11	R\$	909.014,15
859	PASTOS BONS	0859.00003.500-0	1	R\$ 127.044,70	R\$ 563.925,96	R\$	690.970,66
861	PEDREIRAS	0861.00016.500-2	1	R\$ 35.248,18	R\$ 1,00	R\$	35.249,18
867	PINDARE MIRIM	0867.00003.500-0	1	R\$ 110.384,06	R\$ 623.452,44	R\$	733.836,50
877	PORTO FRANCO	0877.00225.500-5	1	R\$ 196.523,74	R\$ 947.550,76	R\$	1.144.074,50
889	SAO JOSE DE RIBAMAR	0889.00061.500-8	1	R\$ 38.324,59	R\$ 671.398,07	R\$	709.722,66
891	ROSARIO	0891.00006.500-0	1	R\$ 78.921,45	R\$ 1,00	R\$	78.922,45
895	SANTA HELENA	0895.00009.500-9	1	R\$ 167.283,60	R\$ 290.472,19	R\$	457.755,79
907	SAO BENTO	0907.00005.500-4	1	R\$ 36.964,30	R\$ 671.398,07	R\$	708.362,37
921	SAO LUIS - Secretaria	0921.00363.500-7	1	R\$ 311.574,01	R\$ 17.516.501,78	R\$	17.828.075,79
921	SAO LUIS - Fórum Eleitoral	0921.00423.500-2	1	R\$ 476.685,12	R\$ 5.571.012,55	R\$	6.047.697,67
923	SAO MATEUS DO	0923.00005.500-6	1	R\$ 26.407,35	R\$ 535.751,83	R\$	562.159,18
935	TIMBIRAS	0935.00001.500-8	1	R\$ 29.571,44	R\$ 27.149,67	R\$	56.721,11
937	TIMON	0937.00005.500-6	1	R\$ 98.579,36	R\$ 671.398,07	R\$	769.977,43
939	TUNTUM	0939.00005.500-2	1	R\$ 13.530,69	R\$ 712.415,22	R\$	725.945,91
945	URBANO SANTOS	0945.00004.500-1	1	R\$ 2.218,22	R\$ 700.448,74	R\$	702.666,96
947	VARGEM GRANDE	0947.00008.500-0	1	R\$ 35.217,94	R\$ 730.594,15	R\$	765.812,09
949	VIANA	0949.00003.500-9	1	R\$ 5.677,72	R\$ 489.438,70	R\$	495.116,42
953	VITORINO FREIRE	0953.00003.500-7	1	R\$ 44.153,63	R\$ 1,00	R\$	44.154,63
957	SANTA INES	0957.00026.500-5	1	R\$ 14.785,72	R\$ 671.398,07	R\$	686.183,79
961	ACAILANDIA	0961.00030.500-5	1	R\$ 23.971,28	R\$ 730.594,15	R\$	754.565,43
1287	ZE DOCA	1287.00006.500-9	1	R\$ 3.380,14	R\$ 445.776,07	R\$	449.156,21
Total				R\$ 2.437.608,44	R\$ 42.391.356,09	R\$ 44.828.964,53	

Tabela 7 – Relação de bens Imóveis de uso especial cadastrados na SPU. Fonte: SIAFI/SPUINET, em 31/12/2021.

Já os bens Imóveis do TRE-MA, não registrados na SPU e constante na conta contábil 12321.02.02 são os seguintes:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

19

Imóveis não registrados na SPU - Conta 123210202

Exercício Financeiro	Conta Contábil	Título	Conta Corrente	Local	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
2021	123210202	EDIFICIOS	IM070005D	Presidente Dutra	R\$ 728.828,82
2021	123210202	EDIFICIOS	IM70005BA	Balsas	R\$ 1.049.907,05
2021	123210202	EDIFICIOS	IM70005CA	Caxias	R\$ 2.699.355,25
2021	123210202	EDIFICIOS	IM70005CH	Chapadinha	R\$ 769.428,51
2021	123210202	EDIFICIOS	IM70005CN	Coelho Neto	R\$ 944.131,04
2021	123210202	EDIFICIOS	IM70005ES	Estreito	R\$ 812.730,85
2021	123210202	EDIFICIOS	IM70005MI	Mirador	R\$ 896.449,93
Total					R\$ 7.900.831,45

Tabela 8 Relação de bens Imóveis de uso especial não cadastrados na SPU. Fonte: SIAFI/SPUINET, em 31/12/2021.

Além dos terrenos e edifícios, o subgrupo imóveis compreende obras em andamento, estudos e projetos e as instalações.

Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo em 31/12/2021
1.2.3.2.1.01.02	EDIFICIOS REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 44.642.638,28
1.2.3.2.1.01.03	TERRENOS/GLEBAS	R\$ 186.326,26
1.2.3.2.1.02.02	EDIFICIOS NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 7.900.831,45
1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO	R\$ 4.097.309,20
1.2.3.2.1.06.05	ESTUDOS E PROJETOS	R\$ 9.207,26
1.2.3.2.1.07.00	INSTALACOES	R\$ 1.047.846,49
Total		R\$ 57.884.158,94

Tabela 9 Contas Contábeis pertencente o subgrupo Imóveis. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.

O reflexo das informações no Balanço Patrimonial 2021 foi a seguinte:

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	Análise Horizontal - %
Bens Imóveis (Valor Líquido)	2	57.028.433,86	55.848.448,62	2,11%
Bens Imóveis (Valor Bruto)		57.884.158,94	56.627.677,60	2,22%
(-) Depr./Amortização/Exaustão				
Acum. de Bens Imóveis		-855.725,08	-779.228,98	9,82%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis				

Tabela 10 - Subgrupo Imóveis do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.

Esse subgrupo apresentou um saldo total no exercício 2021 de R\$ 57.884.158,94, fruto de uma variação horizontal positiva de 2,22% em relação ao exercício anterior, correspondente ao aumento de R\$ 1.256.481,34.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

20

Esse aumento decorreu dos seguintes fatos contábeis patrimoniais:

Item	Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo em 31/12/2020	Alterações no patrimônio em 2021	Saldo em 31/12/2021
1	1.2.3.2.1.01.02	EDIFÍCIOS REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 44.184.882,49	R\$ 457.755,79	R\$ 44.642.638,28
2	1.2.3.2.1.01.03	TERRENOS/GLEBAS REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 158.326,26	R\$ 28.000,00	R\$ 186.326,26
3	1.2.3.2.1.02.02	EDIFÍCIOS NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 11.306.276,78	-R\$ 3.405.445,33	R\$ 7.900.831,45
4	1.2.3.2.1.02.03	TERRENOS/GLEBAS NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 117.466,39	-R\$ 117.466,39	R\$ -
5	1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO	R\$ -	R\$ 4.097.309,20	R\$ 4.097.309,20
6	1.2.3.2.1.06.05	ESTUDOS E PROJETOS	R\$ 9.207,26	R\$ -	R\$ 9.207,26
7	1.2.3.2.1.07.00	INSTALAÇÕES	R\$ 851.518,42	R\$ 196.328,07	R\$ 1.047.846,49
Total			R\$ 56.627.677,60	R\$ 1.256.481,34	R\$ 57.884.158,94

Tabela 11 Alterações patrimoniais no subgrupo Imóveis em 2021. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.

Item 1

- a) Incorporação do edifício de Santa Helena/MA na SPU, após regularização da documentação da edificação o que resultou no registro de R\$ 457.755,79 na conta contábil 1.2.3.2.1.01.02 - EDIFÍCIOS REGISTRADOS NO SPIUNET. SEI 0010465-70.2020.6.27.8000.

Item 2

- b) Incorporação do terreno de Carutapera/MA na SPU, após regularização da documentação o que resultou no registro de R\$ 28.000,00 na conta contábil 1.2.3.2.1.01.03 - TERRENOS/GLEBAS REGISTRADOS NO SPIUNET. SEI 0001246-62.2020.6.27.8055.

Item 3

- c) Reclassificação de R\$ - 3.901.710,12 da conta edifícios não registrados na SPU (1.2.3.2.1.01.02) para a conta obras em andamento (1.2.3.2.1.06.01), conforme recomendação da seção de auditoria de contas - SACOC, constante no documento 1439166 - SEI 12120-77.2020. O montante acumulado refere-se aos anos de 2019 e 2020, correspondentes as etapas da obra de reforço estrutural do fórum eleitoral de São Luís;
- d) Baixa do imóvel de Santa Helena/MA da conta contábil 1.2.3.2.1.02.02 - EDIFÍCIOS NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET no valor de R\$ - 898.203,43 em razão da reavaliação do imóvel e sua incorporação pela SPU na conta 1.2.3.2.1.01.02 - EDIFÍCIOS REGISTRADOS NO SPIUNET. SEI 0010465-70.2020.6.27.8000;

Item 4

- e) Baixa do terreno de Carutapera/MA da conta contábil 1.2.3.2.1.02.03 - TERRENOS/GLEBAS NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET no valor de R\$ 117.466,39 em razão da reavaliação do terreno e sua incorporação pela SPU na conta 1.2.3.2.1.01.03 - TERRENOS/GLEBAS REGISTRADOS NO SPIUNET. SEI 124662.2020.6.27.8055;



Item 5

- f) Reclassificação de R\$ 3.901.710,12 da conta edifícios não registrados na SPU (1.2.3.2.1.01.02) para a conta obras em andamento (1.2.3.2.1.06.01), conforme recomendação da seção de auditoria de contas - SACOC, constante no documento 1439166 - SEI 12120-77.2020. Além disso, houve investimentos de R\$ 195.599,08, sendo R\$ 13.810,90 referente à execução de serviços de engenharia e arquitetura para elaboração de projetos de reforma do edifício do fórum eleitoral de São Luís e ampliação do depósito de urnas, SEI 2609-55.2020, e R\$ 181.788,18 referente a reforma no Fórum Eleitoral de Pedreiras, SEI 9186-15.2021;

Item 6

- g) Não houve variação

Item 7

- h) Investimentos de R\$ 196.328,07, sendo R\$ 99.810,54 para executar serviços de engenharia e manutenção predial no Fórum Eleitoral de Lago da Pedra, SEI 10163-07.2021, e R\$ 96.517,53 para execução de serviços de mesma natureza no Fórum Eleitoral de Vargem Grande, SEI 10.197-79.2021.

4.1.3. Nota 3 – Intangível

Os ativos intangíveis² são registrados pelo custo de aquisição ou de produção, ou o valor que constar no termo de doação, seguindo as diretrizes da Macrofunção SIAFI - 020345 – ATIVOS INTANGÍVEIS.

Em tais custos estão inclusos o preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, deduzidos os descontos comerciais e abatimentos e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

Além dos intangíveis decorrente de aquisição em separado, o TRE-MA possui ativos intangíveis produzidos internamente e outros obtidos por meio de transações sem contraprestação, entretanto não registrados no Balanço Patrimonial por não preencherem os requisitos de confiabilidade na mensuração do custo ou apuração do valor justo do ativo.

A macrofunção SIAFI 020345, no seu item 4.1.4, deixa claro esses requisitos imperativos para inclusão de ativos no patrimônio da entidade.

“4.1.4 (...)os ativos intangíveis devem ser reconhecidos como intangíveis se forem identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Esse reconhecimento só ocorre se: a) for provável que os benefícios econômicos

² É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

futuros ou potencial de serviços esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e **b) o custo ou o valor justo do ativo puder ser mensurado confiavelmente.**”

Não obstante a ausência de reconhecimento no Balanço Patrimonial da entidade, o TRE-MA possui catalogados todos os ativos intangíveis não reconhecidos. Assim que a metodologia para apuração for implementada os itens serão objeto de registro contábil.

Os intangíveis do TRE-MA passaram em 2021 por reclassificação contábil, passando de ativos intangíveis de vida útil definida, o qual exigia amortização, para ativos de vida útil indefinida, estes não passíveis de amortização, mas sujeitos a teste de recuperabilidade sempre que houver indícios de perda de valor.

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, item 6.8.6, assim normatiza quanto aos ativos de vida útil indefinida:

“6.8.6. O ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado. A entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou aqueles ainda não disponíveis para o uso, comparando o valor recuperável com o seu valor contábil sempre que existir indícios de que ativo intangível pode ter perdido valor.”

A alteração de classificação dos intangíveis ocorreu em razão de achado da auditoria de contas de 2021, conforme SEI 0011234-44.2021.6.27.8000, que observou que apesar de os ativos estarem classificados como de vida útil definida, não estavam sendo amortizados regularmente, motivando a administração a reavaliar a classificação.

Os intangíveis registrados possuem a seguinte distribuição por empresa:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

23

ATIVOS INTANGÍVEIS CADASTRADOS NO SIAFI POR EMPRESA

Rótulos de Linha	Soma de Saldo - R\$ (Conta Contábil)
ADDED COMPUTER & TELEPHONY COMERCI	R\$ 102.700,00
ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE	R\$ 455.397,90
AMAZONCAD TREINAMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIREL	R\$ 63.990,00
AX4B SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 260.000,00
BP S/A	R\$ 1.670,00
CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.	R\$ 3.439,00
CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	-R\$ 3.439,00
COMPWIRE INFORMÁTICA S/A	R\$ 19.834,24
CORESEC SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA	R\$ 19.000,00
DINIZ TECNOLOGIA E SOLUCOES EIRELI	-R\$ 29.224,00
DISTEC BRASIL INFORMATICA LTDA	R\$ 165.205,00
EDITORA PINI LTDA	R\$ 19.712,00
EDITORA PINI LTDA.	-R\$ 19.712,00
EFIX LTDA	R\$ -
EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA	R\$ 611.400,00
FONMART TECNOLOGIA LTDA	R\$ 33.318,49
INTRANORTH-TREINAMENTO EM TECNOLOG	R\$ 69.300,00
J.L DINIZ & CIA LTDA - ME	R\$ 29.224,00
JETSEG E INFORMATICA E SEGURANCA L	R\$ 3.700,00
PD CASE INFORMATICA LTDA	R\$ -
PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES	R\$ 442.679,00
PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.	R\$ 258.732,00
PROCESSOR INFORMATICA S.A	R\$ 99.744,32
SERVICE IT	R\$ 586.500,00
SOFTLINE INTERNATIONAL BRASIL COMERCIO E LICENCIAMENTO	R\$ 335.000,00
SOPHO BUSINESS COMMUNICATIONS	R\$ 51.498,25
Total Geral	R\$ 3.579.669,20

Tabela 12 Ativo Intangível (Software) por fornecedor. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.

O reflexo das informações no Balanço Patrimonial 2021 foi a seguinte:

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	Análise Horizontal - %
Intangível	3	3.579.669,20	2.827.964,20	26,58%
Softwares (Valor Líquido)		3.579.669,20	2.827.964,20	26,58%
Softwares (Valor Bruto)		3.579.669,20	2.827.964,20	26,58%
(-) Amortização Acumulada de Softwares				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares				

Tabela 13 - Subgrupo Móveis do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.

No subgrupo Intangível o item Software com vida útil indefinida apresentou em 31/12/2021, um aumento de 26,58% (R\$ 751.705,00) em relação ao exercício de 2020. Tal variação gerou um saldo total de R\$ 3.579.669,20.

O aumento de R\$ 751.705,00 decorre do seguinte fato contábil:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

- a) Aquisição de Solução Unificada de Gestão de Vulnerabilidade em Ativo de Tecnologia da Informação e Aplicação WEB – Licenciamento para uso do Software TEN ABL SC contínuo VIEW da empresa DISTEC BRASIL INFORMATICA LTDA, constante no SEI DE ORIGEM Nº 3056-09.2021 e pagamento nº 6483-14.2021, no valor de R\$ 165.205,00. Além disso, houve aquisição de licenças ORACLE no valor de R\$ 586.500,00, conforme SEI 6458-98.2021.

4.1.4. Nota 4 - Pessoal a Pagar - Curto Prazo (CP)

PASSIVO				Análise Horizontal - %
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	Análise Horizontal - %
PASSIVO CIRCULANTE		1.615.889,28	10.008.288,34	-83,85%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4	470.840,19	9.576.384,44	-95,08%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5	1.127.211,96	417.142,86	170,22%
Demais Obrigações a Curto Prazo	6	17.837,13	14.761,04	20,84%

Tabela 14 Passivo Circulante do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.

Compreende as obrigações a curto prazo referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, quando pagos em data posterior a qual forem incorridos. Tal item apresentou um saldo de R\$ 470.840,19, o qual representa uma variação negativa de -95,08% em relação ao Exercício de 2020. O saldo é decorrente de:

- Registro de passivo, com juros e correção, referente à URV de agentes políticos, conforme pedido da SEPAG/COPES/SGP e Orientação SOF/TSE nº 03 de 09/12/2021;.
- Registro de férias a pagar apropriada e ajustada de acordo com o sistema de relatório da folha de pagamento, consoante Acórdão do Tribunal de Contas da União/TCU 1322/2018, novos procedimentos da Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - CCONT/STN e Orientação SOF/TSE, nº 10/2018.

4.1.5. Nota 5 - Fornecedores e Contas a Pagar - Curto Prazo (CP)

Refere-se às obrigações junto a fornecedores de materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, com vencimento no curto prazo.

No exercício 2021, houve um aumento de R\$ 710.069,10, representando variação



horizontal aumentativa de 170,22% em relação ao exercício anterior. Tal fato se deve ao reconhecimento de passivo pelo regime de competência³, decorrente da prestação de serviços pelos diversos credores da entidade, conforme estabelecido pela Macrofunção SIAFI 020318 – ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO.

4.1.6. Nota 6 - Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo.

Nota-se um aumento no exercício de 2021, no valor de R\$ 3.076,09, representando uma variação positiva de 20,84% em relação ao ano anterior, referente a:

- a) Glosa de encargos trabalhistas das empresas que prestam diferentes serviços (limpeza, segurança, copeiragem etc) nas dependências deste Tribunal;
- b) Registro de obrigações a pagar de ISS;
- c) Registro de depósitos e cauções recebidas;
- d) Registro de passivo em virtude de cancelamento de ordem bancária por ausência de comando do Ordenador de Despesa, a qual culminou em restrição contábil no mês de dezembro/2021, conforme evidenciado no [item 6.1](#) (conformidade contábil) destas notas explicativas.

4.1.7. Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Segundo a MACROFUNÇÃO SIAFI 021141, o ajuste de exercícios anteriores ocorrerá pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

No Exercício 2021 houve uma variação significativa em relação ao exercício pretérito, na ordem de R\$ 5.747.756,64, cujo montante está relacionado a diversos registros, dentre estes citam-se os mais relevantes:

- a) Baixa contábil da conta 12311.05.03 – Veículos de tração mecânica, em decorrência da não realização automática do procedimento de depreciação no

³ Registro dos fatos que afetam o patrimônio público segundo o regime de competência: as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) registram as transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, devendo ser reconhecidas nos períodos a que se referem, segundo seu fato gerador, sejam elas dependentes ou independentes da execução orçamentária.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

sistema ASIWEB em exercícios anteriores ao ano de 2010, conforme documento siafi 2021PA000095 (SEI 12120-77.2020);

- b) Reconhecimento das VPDs 3.3.2.3.1.02.00 – Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional e 3.3.2.3.1.03.00 – Serviços de Comunicação, Gráfico e Audiovisual, pertencentes ao exercício financeiro de 2020, conforme recomendação da Seção de Auditoria (SEI 12120-77.2020);
- c) Atualização de valor patrimonial de urnas eletrônicas, determinada pelo TSE por meio do ofício-circular nº 11/2021, conforme relatórios juntados no SEI 3886-72.2021 e em observância ao e-mail enviado pela COFIC/SOF/TSE às UGs da Justiça Eleitoral, em 28/12/2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

27

4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8	219.049.768,75	230.201.657,41
Impostos, Taxas e Contribuintes de Melhoria		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Diretos		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		903,41	371,19
Juros e Encargos de Mora		903,41	371,19
Transferências e Delegantes Recebidas		212.209.925,38	227.607.573,24
Transferências Intragovernamentais		211.564.675,19	226.653.649,53
Outras Transferências e Delegações Recebidas		645.250,19	953.923,71
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		5.464.447,24	344.201,33
Ganhos com Incorporação de Ativos		5.464.447,24	344.201,33
Outras Variantes Patrimoniais Aumentativas		1.374.492,72	2.249.511,65
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.374.492,72	2.249.511,65
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9	210.830.477,00	238.049.661,19
Pessoal e Encargos		151.324.361,42	163.903.396,37
Remuneração a Pessoal		121.858.528,58	135.114.366,15
Encargos Patronais		22.060.713,53	21.556.860,03
Benefícios a Pessoal		7.405.119,31	7.232.170,19
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		23.434.980,27	25.422.986,21
Aposentadorias e Reformas		13.312.651,91	14.123.095,77
Pensões		6.628.886,30	7.849.264,94
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		3.493.442,06	3.450.625,50
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital		26.931.589,38	44.914.829,83
Uso de Material de Consumo		1.224.727,36	4.690.716,87
Serviços		20.940.819,09	34.109.531,23
Depreciação, Amortização e Exaustão		4.766.042,93	6.114.581,73
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	24,1
Descontos Financeiros Concedidos		-	24,1
Transferências e Delegantes Concedidas		2.136.613,76	2.835.598,29
Transferências Intragovernamentais		1.445.817,20	2.249.882,84
Outras Transferências e Delegações Concedidas		690.796,56	585.715,45
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		6.808.833,91	760.060,90
Perdas Involuntárias		4.521,93	-
Desincorporação de Ativos		6.804.311,98	760.060,90
Tributárias		194.094,75	212.744,46
Contribuintes		194.094,75	212.744,46
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos		-	-
Outras Variantes Patrimoniais Diminutivas		3,51	21,03
Constituição de Provisões		3,51	21,03
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		8.219.291,75	-7.848.003,78

Tabela 15 - DVP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.



4.2.1 Nota 8 - Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				Análise Horizontal
	NE	2021	2020	%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8	219.049.768,75	230.201.657,41	-4,84%

Tabela 16 – Variação Patrimonial Aumentativa - DVP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.

Segundo o MCASP - 8ª Edição, as Variações Patrimoniais Aumentativas são transações que resultam em aumentos da situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

Em 2021, a entidade reportou uma diminuição de R\$ 11.151.888,66, que corresponde a uma variação horizontal negativa de -4,84% em relação ao exercício 2020. Dentre os fatos contábeis que originaram esses saldos, destacam-se:

- Recebimento de recursos referente ao pagamento de multas originadas em processos de prestações de contas eleitorais;
- Restituições e ressarcimentos correspondentes a devoluções de vencimentos efetuados por servidores;
- Recebimento de sub-repasse (descentralização financeira) e transferências para pagamento de Restos a Pagar;
- Outros ganhos com incorporação de ativos correspondente a registros de imóveis de Uso Especial no SPIUNET.

4.2.2 Nota 9 - Variações Patrimoniais Diminutiva – VPD

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				Análise Horizontal
	NE	2021	2020	%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9	210.830.477,00	238.049.661,19	-11,43%

Tabela 17 Variação Patrimonial Diminutiva - DVP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.

De acordo com a 8ª Edição do MCASP, as Variações Patrimoniais Diminutivas são transações que resultam em diminuições da situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de contribuições aos proprietários.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

No Exercício 2021, ocorreu uma variação patrimonial negativa de -11,43%, o que representa uma diferença de R\$ 27.219.184,19 em relação ao exercício anterior. Tal diminuição se deve em virtude de o ano ser não eleitoral, no qual as despesas diminuem consideravelmente.

Dentre os fatos mais relevantes, registrados nas VPDs, podemos citar:

- a) Despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas (vencimentos, encargos, benefícios etc);
- b) Despesas com a prestação de serviços pelos diversos credores da entidade;
- c) Despesas de depreciação de bens móveis e imóveis;
- d) Transferência de urnas eletrônicas ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- e) Desincorporação de ativos através de baixa nas contas 12321.02.02 – edifícios e 12321.02.03 – terrenos e glebas, decorrente de atualização de RIP no SPIUNET (SEI nºs: 10465-70.2020 e 1246-62.2020);
- f) Ajuste contábil realizado na conta 1131101.01 – 13º salário – adiantamento, para baixa de saldo residual do exercício corrente, conforme Orientação SOF/TSE nº 03/2021;
- g) Transferência de valores à STN referente a devoluções e restituições efetivadas por servidores e fornecedores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

4.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos Exploração de Recursos Naturais Exploração do Patrimônio Intangível Cessão de Direitos Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária Receita Industrial Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens Alienação de Bens Móveis Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
Integralização do Capital Social Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	206.481.690,29	206.481.690,29
TOTAL	-	-	206.481.690,29	206.481.690,29
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	2.273.375,00	-	-2.273.375,00
Superávit Financeiro Excesso de Arrecadação Créditos Cancelados	-	-	-	-
	-	- 2.273.375,00	-	-

Tabela 18 – Balanço Orçamentário (Receitas). Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADA	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		202.371.813,00	202.173.850,00	201.024.507,86	197.251.433,22	197.228.746,18	1.149.342,14
Pessoal e Encargos Sociais Juros e Encargos da Dívida Outras Despesas Correntes		165.618.046,00	168.561.716,00	167.470.115,40	166.645.780,81	166.645.780,81	1.091.600,60
DESPESAS DE CAPITAL		- 36.753.767,00	- 33.612.134,00	- 33.554.392,46	- 30.605.652,41	- 30.582.965,37	- 57.741,54
Investimentos Inversões Financeiras Amortização da Dívida		3.199.432,00	5.670.770,00	5.457.182,43	1.905.100,18	1.696.773,45	213.587,57
		3.199.432,00	5.670.770,00	5.457.182,43	1.905.100,18	1.696.773,45	213.587,57
SUBTOTAL DAS DESPESAS	10	205.571.245,00	207.844.620,00	206.481.690,29	199.156.533,40	198.925.519,63	1.362.929,71
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		205.571.245,00	207.844.620,00	206.481.690,29	199.156.533,40	198.925.519,63	1.362.929,71
TOTAL		205.571.245,00	207.844.620,00	206.481.690,29	199.156.533,40	198.925.519,63	1.362.929,71

Tabela 19 - Balanço Orçamentário (Despesas). Fonte: SIAFI, em 31/12/2021



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		522.551,20	8.498.694,56	5.443.289,63	5.443.100,39	3.147.722,98	430.422,39
Pessoal e Encargos Sociais		-	2.480.375,03	988.414,33	988.414,33	1.446.551,28	45.409,42
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		522.551,20	6.018.319,53	4.454.875,30	4.454.686,06	1.701.171,70	385.012,97
DESPESAS DE CAPITAL		200.520,36	2.414.748,23	2.396.057,62	2.239.418,12	198.796,42	177.054,05
Investimentos		200.520,36	2.414.748,23	2.396.057,62	2.239.418,12	198.796,42	177.054,05
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL		R\$ 723.071,56	R\$ 10.913.442,79	R\$ 7.839.347,25	R\$ 7.682.518,51	R\$ 3.346.519,40	R\$ 607.476,44

Tabela 20 Balanço Orçamentário (Anexo 1). Fonte: SIAFI, em 31/12/2021

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		-	414.948,88	408.808,56	-	6.140,32
Pessoal e Encargos Sociais		-	160,64	160,64	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		-	414.788,24	408.647,92	-	6.140,32
DESPESAS DE CAPITAL		-	-	-	-	-
Investimentos		-	-	-	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL	11	-	414.948,88	408.808,56	-	6.140,32

Tabela 21 - Balanço Orçamentário (Anexo 2). Fonte: SIAFI, em 31/12/2021

4.3.1 Nota 10 – Execução das Despesas Orçamentárias

O Balanço Orçamentário evidencia as Receitas e as Despesas Orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2021, é demonstrado pela diferença entre a Receita Realizada de R\$ 206.481.690,29 e o total da despesa empenhada, no valor de R\$ 206.481.690,29, apresentando um resultado nulo, sem déficit ou superávit. Isso acontece porque o TRE/MA não é um Órgão arrecadador, cabendo a este apenas a execução da despesa orçamentária para a prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Ressalta-se ainda que tais recursos são provenientes de descentralização orçamentária realizada pelo TSE.

Para o exercício de 2021, o orçamento inicial foi de R\$ 205.571.245,00. Em seguida, foram recebidos durante o exercício o montante de R\$ 2.273.375,00, relativos a crédito suplementar,



resultando na dotação atualizada de R\$ 207.844.620,00. Deste saldo, R\$ 202.173.850,00 corresponde a Despesas Correntes e R\$ 5.670.770,00 a Despesa de Capital.

Quanto ao efetivo pagamento da despesa executada/empenhada do exercício 2021, nota-se que o montante de R\$ 198.925.519,63 é representado pelas despesas correntes (R\$ 166.645.780,81 – pessoal e encargos sociais, e R\$ 30.582.965,37 – outras despesas correntes) e pelas despesa de capital (R\$ 1.696.773,45 – investimentos).

Na Despesa Orçamentária, a coluna Saldo da Dotação, que corresponde à diferença entre as colunas de Dotação Atualizada e Despesa Empenhada, apresentou um saldo final de R\$ 1.362.929,71, cuja representatividade é de 0,65% do total do Orçamento autorizado e se refere ao montante que não foi executado pela Entidade.

As despesas empenhadas e não pagas, até o dia 31 de dezembro, foram inscritas em Restos a Pagar⁴, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº. 4320/1964, que os distinguem em processados e não processados.

4.3.2 Nota 11- Execução de Restos a Pagar Processados e Não processados liquidados

A inscrição de Restos a Pagar foi realizada de acordo com os dispositivos legais e regulamento da Lei complementar 101/2000, Lei 4.320/64, Decreto Lei nº. 200/67 e Decreto nº. 93.872/1986, bem como as orientações do Manual do Sistema de Informação do Governo Federal/ SIAFI.

⁴ São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distingue-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas) e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

33

4.4 BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
Receitas Orçamentárias			-	Despesas Orçamentárias		206.481.690,29	230.774.298,21
Ordinárias			-	Ordinárias		180.069.480,66	203.788.717,51
Vinculadas			-	Vinculadas		26.412.209,63	26.985.580,70
Previdência Social (RPPS)			-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		3.445.801,94	3.421.985,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária			-	Previdência Social (RPPS)		19.848.435,33	19.716.744,53
			-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.117.972,36	3.846.851,17
Transferências Financeiras Recebidas		211.564.675,19	226.653.649,53	Transferências Financeiras Concedidas		1.445.817,20	2.249.882,84
Resultantes da Execução Orçamentária		203.652.382,00	225.344.258,15	Resultantes da Execução Orçamentária		54.061,07	-
Sub-repasse Recebido		203.652.382,00	225.344.258,15	Repasse Concedido		54.061,07	-
Independentes da Execução Orçamentária		7.912.293,19	1.309.391,38	Independentes da Execução Orçamentária		1.391.756,13	2.249.882,84
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		7.895.929,68	1.309.346,25	Movimento de Saldos Patrimoniais		1.391.756,13	2.249.882,84
Demais Transferências Recebidas		8.180,00	-	Aporte ao RPPS		-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		8.183,51	45,13	Aporte ao RGPS		-	-
Aporte ao RPPS		-	-				
Aporte ao RGPS		-	-				
Recebimentos Extraorçamentários		8.965.335,05	13.654.493,95	Pagamentos Extraorçamentários		8.124.610,66	8.022.362,93
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		231.013,77	414.900,06	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		408.808,56	163.815,34
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		7.325.156,89	10.913.442,79	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		7.682.518,51	7.769.849,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		33.771,77	76.313,39	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		33.283,59	88.698,12
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.375.392,62	2.249.837,71	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Arrecadação de Outra Unidade		1.375.392,62	2.249.837,71				
Saldo do Exercício Anterior	12	3.569.719,07	4.308.119,57	Saldo para o Exercício Seguinte	11	8.047.611,16	3.569.719,07
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.569.719,07	4.308.119,57	Caixa e Equivalentes de Caixa		8.047.611,16	3.569.719,07
TOTAL		224.099.729,31	244.616.263,05	TOTAL		224.099.729,31	244.616.263,05

Tabela 22 Balanço Financeiro. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021

4.4.1 Nota 12 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro permite a apuração do Resultado Financeiro, que é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos e os dispêndios do período.

No Exercício Financeiro de 2021, a entidade reportou um resultado financeiro positivo na ordem de R\$ 4.477.892,09 (saldo para o exerc. seguinte – saldo do exerc. anterior), havendo, dessa forma, mais ingressos de recursos do que desembolsos ao longo do exercício. Tal fato pode ser traduzido como um indicador de equilíbrio financeiro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

4.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA			
		2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	8.414.083,66	5.274.542,59
INGRESSOS		212.973.839,58	228.979.800,63
Transferências Recebidas	-	-	-
Outros Ingressos Operacionais		212.973.839,58	228.979.800,63
Ingressos Extraorçamentários		33.771,77	76.313,39
Transferências Financeiras		211.564.675,19	226.653.649,53
Arrecadação de Outra Unidade		1.375.392,62	2.249.837,71
DESEMBOLSOS		-204.559.755,92	-223.705.258,04
Pessoal e Demais Despesas		-181.663.434,96	-200.461.404,34
Judiciário		-161.684.459,76	-179.657.452,04
Previdência Social		-19.965.775,20	-20.791.418,30
Encargos Especiais		-13.200,00	-12.534,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Transferências Concedidas		-21.417.220,17	-20.905.272,74
Intragovernamentais		-21.417.220,17	-20.905.272,74
Outros Desembolsos Operacionais		-1.479.100,79	-2.338.580,96
Dispêndios Extraorçamentários		-33.283,59	-88.698,12
Transferências Financeiras		-1.445.817,20	-2.249.882,84
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-3.936.191,57	-6.012.943,09
INGRESSOS	-	-	-
DESEMBOLSOS		-3.936.191,57	-6.012.943,09
Aquisição de Ativo Não Circulante		-3.184.486,57	-6.012.943,09
Concessão de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-751.705,00	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	13	-	-
INGRESSOS	-	-	-
DESEMBOLSOS	-	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		3.569.719,07	4.308.119,57
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		8.047.611,16	3.569.719,07

Tabela 23 – Demonstração de Fluxo de Caixa. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021

4.5.1 Nota 13 – Variação dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa relaciona as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o exercício financeiro e o saldo de caixa na data das demonstrações contábeis.

Em 2021, a entidade teve uma variação de caixa positiva (caixa inicial – caixa final) na ordem de R\$ 4.477.892,09.

Nota-se que a maioria das entradas e saídas de caixa decorrem das atividades operacionais: os ingressos são resultantes, em grande parte, de transferências financeiras (sub-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

repasse); e os dispêndios são decorrentes, de forma predominante, do pagamento de pessoal (salários, previdência etc).

Ainda sobre o fluxo operacional, vale destacar os ingressos extraorçamentários, que são representados por recursos financeiros, de caráter temporário, pertencentes a terceiros e em poder da Administração, dos quais ela não pode dispor, uma vez que esta atua como mero agente depositário. São exemplos desses registros: depósitos em caução, consignações etc.

Quanto às atividades de investimento, percebe-se que quase a totalidade dos desembolsos são provenientes da aquisição de ativos não circulantes (compra de bens móveis em geral: notebooks, nobreaks, estabilizadores, estantes, condicionadores de ar, aparelhos telefônicos etc)



5 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os atos e Fatos da gestão foram registrados de acordos com os princípios fundamentais da contabilidade vigentes na Administração Pública Federal, forma estabelecida pela legislação em vigor.

Os principais critérios e políticas contábeis adotados, no âmbito do TRE-MA, seguem as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público, previstas no MCASP 8º edição, em especial ao Caixa e equivalentes de caixa, Créditos a curto prazo, Demais Créditos e Valores a Curto Prazos, Estoques, realizável a longo prazo, Investimentos, Imobilizado, Intangível, Depreciação, Amortização, Reavaliação, Provisões, etc.

Frise-se, ainda que:

- b) Os bens do Ativo Imobilizados foram depreciados mensalmente no exercício de 2021, em observância estabelecidos no MCASP, 8º edição.
- c) A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica dos bens deste Tribunal foi definida com base em parâmetros e índices emitidos em normas do Manual do SIAFI e orientação advinda do órgão Tribunal Superior Eleitoral.



6 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

6.1 Conformidade Contábil

Após consultas no Sistema de Administração do Governo Federal (SIAFI), foi constatada regularidade na conformidade contábil de janeiro a novembro, porém a conformidade do mês de dezembro/2021 foi realizada com restrição contábil, Código 674 (SALD ALONGADO/INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE), em razão de ausência de comando em uma Ordem de Pagamento/GEROP pelo Ordenador de Despesa.

Diante disso, tal fato foi regularizado no Exercício de 2022, através da 2022DT00001, 070005/2022NS000016 e 070005/2022OB000008, após realização do comando na GEROP/2022 pelo referido Ordenador.



7 LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ativo do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.....	11
Tabela 2 - Passivo do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021	12
Tabela 3 - Contas Contábeis de Bens Móveis. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.....	13
Tabela 4 – Valores brutos ou de aquisição de Bens Móveis. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.	14
Tabela 5 – Valor da depreciação anual por conta de bem móvel. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.	14
Tabela 6 – Subgrupo Móveis do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.....	15
Tabela 7 – Relação de bens Imóveis de uso especial cadastrados na SPU. Fonte: SIAFI/SPUINET, em 31/12/2021.....	18
Tabela 8 Relação de bens Imóveis de uso especial não cadastrados na SPU. Fonte: SIAFI/SPUINET, em 31/12/2021.....	19
Tabela 9 Contas Contábeis pertencente o subgrupo Imóveis. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.....	19
Tabela 10 - Subgrupo Imóveis do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.	19
Tabela 11 Alterações patrimoniais no subgrupo Imóveis em 2021. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.	20
Tabela 12 Ativo Intangível (Software) por fornecedor. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.	23
Tabela 13 - Subgrupo Móveis do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.	23
Tabela 14 Passivo Circulante do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.	24
Tabela 15 - DVP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.....	27
Tabela 16 – Variação Patrimonial Aumentativa - DVP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.	28
Tabela 17 Variação Patrimonial Diminutiva - DVP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.	28
Tabela 18 – Balanço Orçamentário (Receitas). Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.....	30
Tabela 19 - Balanço Orçamentário (Despesas). Fonte: SIAFI, em 31/12/2021	30
Tabela 20 Balanço Orçamentário (Anexo 1). Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.....	31
Tabela 21 - Balanço Orçamentário (Anexo 2). Fonte: SIAFI, em 31/12/2021	31
Tabela 22 Balanço Financeiro. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.....	33
Tabela 23 – Demonstração de Fluxo de Caixa. Fonte: SIAFI, em 31/12/2021.....	34



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SIAFI

1. Balanço Financeiro
2. Balanço Orçamentário
3. Balanço Patrimonial
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa
5. Demonstração das Variações Patrimoniais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

40

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	206.481.690,29	230.774.298,21
Ordinárias	-	-	Ordinárias	180.069.480,66	203.788.717,51
Vinculadas	-	-	Vinculadas	26.412.209,63	26.985.580,70
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	3.445.801,94	3.421.985,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	19.848.435,33	19.716.744,53
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.117.972,36	3.846.851,17
Transferências Financeiras Recebidas	211.564.675,19	226.653.649,53	Transferências Financeiras Concedidas	1.445.817,20	2.249.882,84
Resultantes da Execução Orçamentária	203.652.382,00	225.344.258,15	Resultantes da Execução Orçamentária	54.061,07	-
Sub-repasse Recebido	203.652.382,00	225.344.258,15	Repasse Concedido	54.061,07	-
Independentes da Execução Orçamentária	7.912.293,19	1.309.391,38	Independentes da Execução Orçamentária	1.391.756,13	2.249.882,84
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	7.895.929,68	1.309.346,25	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.391.756,13	2.249.882,84
Demais Transferências Recebidas	8.180,00	-	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	8.183,51	45,13	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	8.965.335,05	13.654.493,95	Pagamentos Extraorçamentários	8.124.610,66	8.022.362,93
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	231.013,77	414.900,06	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	408.808,56	163.815,34
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	7.325.156,89	10.913.442,79	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	7.682.518,51	7.769.849,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	33.771,77	76.313,39	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	33.283,59	88.698,12
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.375.392,62	2.249.837,71	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.375.392,62	2.249.837,71			
Saldo do Exercício Anterior	3.569.719,07	4.308.119,57	Saldo para o Exercício Seguinte	8.047.611,16	3.569.719,07
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.569.719,07	4.308.119,57	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.047.611,16	3.569.719,07
TOTAL	224.099.729,31	244.616.263,05	TOTAL	224.099.729,31	244.616.263,05



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			206.481.690,29	206.481.690,29
TOTAL	-	-	206.481.690,29	206.481.690,29
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	2.273.375,00	-	-2.273.375,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	2.273.375,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	202.371.813,00	202.173.850,00	201.024.507,86	197.251.433,22	197.228.746,18	1.149.342,14
Pessoal e Encargos Sociais	165.618.046,00	168.561.716,00	167.470.115,40	166.645.780,81	166.645.780,81	1.091.600,60
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	36.753.767,00	33.612.134,00	33.554.392,46	30.605.652,41	30.582.965,37	57.741,54
DESPESAS DE CAPITAL	3.199.432,00	5.670.770,00	5.457.182,43	1.905.100,18	1.696.773,45	213.587,57
Investimentos	3.199.432,00	5.670.770,00	5.457.182,43	1.905.100,18	1.696.773,45	213.587,57
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

43

SUBTOTAL DAS DESPESAS	205.571.245,00	207.844.620,00	206.481.690,29	199.156.533,40	198.925.519,63	1.362.929,71
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	205.571.245,00	207.844.620,00	206.481.690,29	199.156.533,40	198.925.519,63	1.362.929,71
TOTAL	205.571.245,00	207.844.620,00	206.481.690,29	199.156.533,40	198.925.519,63	1.362.929,71

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	522.551,20	8.498.694,56	5.443.289,63	5.443.100,39	3.147.722,98	430.422,39
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.480.375,03	988.414,33	988.414,33	1.446.551,28	45.409,42
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	522.551,20	6.018.319,53	4.454.875,30	4.454.686,06	1.701.171,70	385.012,97
DESPESAS DE CAPITAL	200.520,36	2.414.748,23	2.396.057,62	2.239.418,12	198.796,42	177.054,05
Investimentos	200.520,36	2.414.748,23	2.396.057,62	2.239.418,12	198.796,42	177.054,05
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	723.071,56	10.913.442,79	7.839.347,25	7.682.518,51	3.346.519,40	607.476,44

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	414.948,88	408.808,56	-	6.140,32
Pessoal e Encargos Sociais	-	160,64	160,64	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	414.788,24	408.647,92	-	6.140,32
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	414.948,88	408.808,56	-	6.140,32



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	10.391.306,29	5.729.188,06	PASSIVO CIRCULANTE	1.615.889,28	10.008.288,34
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.047.611,16	3.569.719,07	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	470.840,19	9.576.384,44
Créditos a Curto Prazo	466.320,63	148.149,54	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	466.320,63	148.149,54	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.127.211,96	417.142,86
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoque	1.829.292,40	1.987.407,37	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	48.082,10	23.912,08	Demais Obrigações a Curto Prazo	17.837,13	14.761,04
ATIVO NÃO CIRCULANTE	81.234.537,75	92.010.622,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.615.889,28	10.008.288,34
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2021	2020
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	77.654.868,55	89.182.657,80	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	20.626.434,69	33.334.209,18	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	56.320.831,22	64.534.209,76	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	-35.694.396,53	-31.200.000,58	Demais Reservas	90.009.954,76	87.731.521,72
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	8.219.291,75	-7.848.003,78
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	57.028.433,86	55.848.448,62	Resultado do Exercício	87.731.521,72	95.772.627,57
Bens Imóveis	57.884.158,94	56.627.677,60	Resultados de Exercícios Anteriores	-5.940.858,71	-193.102,07
Bens Imóveis	-855.725,08	-779.228,98	Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	3.579.669,20	2.827.964,20	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	3.579.669,20	2.827.964,20	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.009.954,76	87.731.521,72
	3.579.669,20	2.827.964,20			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

45

Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind					

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido					
TOTAL DO ATIVO	91.625.844,04	97.739.810,06	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	91.625.844,04	97.739.810,06

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	8.047.611,16	3.569.719,07	PASSIVO FINANCEIRO	8.184.945,34	12.066.132,97
ATIVO PERMANENTE	83.578.232,88	94.170.090,99	PASSIVO PERMANENTE	473.286,11	9.578.669,72
			SALDO PATRIMONIAL	82.967.612,59	76.095.007,37



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

46

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	87.361,43	1.548.157,50	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	23.347.199,53	25.566.131,31
Atos Potenciais Ativos	87.361,43	1.548.157,50	Atos Potenciais Passivos	23.347.199,53	25.566.131,31
Garantias e Contragarantias Recebidas	87.361,43	1.548.157,50	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
CongDireitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	23.347.199,53	25.566.131,31
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	87.361,43	1.548.157,50	TOTAL	23.347.199,53	25.566.131,31

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.116.736,97
Recursos Vinculados	979.402,79
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	979.402,79
TOTAL	-137.334,18



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.414.083,66	5.274.542,59
INGRESSOS	212.973.839,58	228.979.800,63
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	212.973.839,58	228.979.800,63
Outras Transferências Recebidas	33.771,77	76.313,39
Outros Ingressos Operacionais	211.564.675,19	226.653.649,53
Ingressos Extraorçamentários	1.375.392,62	2.249.837,71
Transferências Financeiras Recebidas	-204.559.755,92	-223.705.258,04
Arrecadação de Outra Unidade	-181.663.434,96	-200.461.404,34
DESEMBOLSOS	-161.684.459,76	-179.657.452,04
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-19.965.775,20	-20.791.418,30
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		

	2021	2020
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-13.200,00	-12.534,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-21.417.220,17	-20.905.272,74
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-21.417.220,17	-20.905.272,74
Intragovernamentais	-1.479.100,79	-2.338.580,96
Outras Transferências Concedidas	-33.283,59	-88.698,12
Outros Desembolsos Operacionais	-1.445.817,20	-2.249.882,84
Dispêndios Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Concedidas		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.936.191,57	-6.012.943,09
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-3.936.191,57	-6.012.943,09
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.184.486,57	-6.012.943,09
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-751.705,00	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.477.892,09	-738.400,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.569.719,07	4.308.119,57
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.047.611,16	3.569.719,07



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	219.049.768,75	230.201.657,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	903,41	371,19
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	903,41	371,19
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	212.209.925,38	227.607.573,24
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	211.564.675,19	226.653.649,53
Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	645.250,19	953.923,71
Execução Orçamentária Delegada de Entes	5.464.447,24	344.201,33
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5.464.447,24	344.201,33
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	1.374.492,72	2.249.511,65
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

50

Resultado Positivo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Tributárias	194.094,75	212.744,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	194.094,75	212.744,46
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3,51	21,03
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	3,51	21,03
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	8.219.291,75	-7.848.003,78